

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2025

DISCLAIMER - O presente Relatório da Administração atende ao disposto no art. 133, inciso I, e no art. 243 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As informações financeiras nele contidas foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em agosto de 2022, teve início uma nova gestão no Grupo João Santos (GJS), com a eleição e nomeação de administradores para a holding Nassau Administração e Participações Ltda., nos termos dos devidos processos assembleares. Desde então, foram implementadas diversas ações voltadas à recuperação da capacidade operacional do Grupo.

1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Em dezembro de 2022, a 15ª Vara Cível da Capital (Recife) – Seção B deferiu o processamento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Nassau Administração e Participações Ltda., em litisconsórcio com outras 42 (quarenta e duas) sociedades. O objetivo do pedido foi centralizar e organizar o passivo existente, de modo a viabilizar a reestruturação conjunta das sociedades envolvidas. No curso dos anos posteriores, houve a implementação de campanhas de transação com os diversos credores das Classes I, III e IV, permitindo acordos rápidos e eficazes. Ao longo de 2025, houve o aperfeiçoamento da campanha de mediação com os diversos credores das Classes I, III e IV, quitados com – recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recursais. Ademais, conforme se demonstrará nos tópicos a seguir, foram adotadas medidas voltadas à organização do passivo existente, as quais culminaram na aprovação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo João Santos. Tal aprovação ocorreu em 5 de novembro de 2024, data prevista em edital para a segunda convocação da Assembleia Geral de Credores, com o voto favorável de 59,91% (cinquenta e nove vírgula noventa e um por cento) dos credores virtualmente presentes. Posteriormente, em 7 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu decisão homologatória do referido Plano e concedeu a recuperação judicial ao Grupo João Santos. No mesmo mês, teve início o cumprimento do Plano, com o pagamento de R\$ 405.875,43 (quatrocentos e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) a 1.712 credores que já haviam disponibilizado seus dados bancários. Tal pagamento marca o início da concretização do Plano aprovado pelos credores e homologado judicialmente, documento que representa a legítima expressão dos esforços empreendidos pelas empresas Recuperandas para estruturar seu projeto de sorcimento, equalizando o passivo com seus credores, sem descumprir de sua missão de gerar empregos, renda, arrecadação tributária e impulsionar a economia nacional. Até 7 de fevereiro de 2026 já foram efetuadas liquidações que totalizam a importância de R\$ 69.054.603,43 e contemplam 2.909 credores.

2. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS **2.1. TRANSAÇÃO COM PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – PGFN** - Em agosto/2023 foi firmada, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), transação tributária individual para regularização de dívidas de 41 empresas do GJS, que atuam em diversos setores da economia, nos valores aproximados de **R\$ 10,7 bilhões**. Segundo a própria PGFN, essa foi a negociação mais vultosa realizada até hoje no país, representando importante marco para a nova gestão do GJS. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Grupo João Santos chegaram a termos da transação que implicam na **redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, reduzindo-a para R\$ 3 bilhões, sendo 2,5 bilhões pagos com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro**. O saldo de R\$ 1,5 bilhões deverá ser pago em até 36 meses da data da assinatura do Termo de Transação. Embora o GJS esteja em inequívoco processo de retomada da sua capacidade de produção e geração de riqueza, este não suportaria o pagamento da parcela de entrada da Transação Tributária - R\$ 230 milhões – com esforço do seu próprio caixa. Para tanto, foi necessária a **obtenção de financiamento, na modalidade devedor-in-posseção (“Financiamento DIP”)**, portanto, com autorização do Juízo Recuperacional - entre o Grupo João Santos e a Arc Capital, que viabilizou o adiantamento das primeiras 32 parcelas do adluidio acordo. Cabe observar que, dos valores acima mencionados, **R\$ 150 milhões são referentes a passivos inscritos em dívida ativa relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** devida pelo GJS perante milhares de trabalhadores e que vinham sendo cobradas judicialmente sem sucesso há mais de 10 anos. Desde os primeiros atos da atual gestão, tornou-se evidente que o sorcimento do Grupo João Santos dependia, de maneira decisiva, do equacionamento do passivo tributário federal, incluindo os débitos relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vinculados a credores trabalhistas. Tal constatação impôs à administração não apenas a condução de negociações com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mas também a busca por recursos no mercado financeiro, a fim de viabilizar o aporte necessário para a entrada na, então iminente, transação tributária. Após sucessivas rodadas de tratativas com instituições interessadas em atuar como intervenientes anuentes no acordo fiscal, o Grupo João Santos requereu ao Juízo Recuperacional autorização para convocação de reunião de sócios quotistas, com objetivo de deliberar sobre a celebração (i) da transação tributária com a PGFN e (ii) da operação de financiamento com potencial investidor. Opedido foi deferido. Na sequência, em 2 de setembro de 2023, o Grupo João Santos celebrou com a PGFN a **maior transação tributária firmada no Brasil, mediante a qual um passivo tributário federal da ordem de R\$ 10,7 bilhões foi reduzido para aproximadamente R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões pagos com a utilização de prejuízo fiscal (PF)**, valor esse condicionado à liquidação em até 36 (trinta e seis) meses, com utilização de PF e base de cálculo negativa (BCN) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), resultando na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa. **Como terceiro interveniente anuente da Transação, figura a ARC Capital (“ARC”)**, com a qual o Grupo João Santos, mediante autorização judicial, firmou contrato de financiamento na modalidade devedor-in-posseção (DIP), no valor de R\$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito milhões de reais). O referido financiamento foi garantido por (i) alienação fiduciária de imóveis e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios. E ainda, em outubro de 2024, as Recuperandas, dado o caráter dinâmico da Transação e a possibilidade de inclusão de novos débitos, nos termos da Cláusula 14º, Inciso III, e da Cláusula 22ª, embatados do Termo de Transação Individual, requereram o aditamento à Transação Tributária outrora realizada, nos termos do Requerimento de n.º 20240344395 (Protocolo n.º 0262557/2024), até o presente momento pendente de deferimento, consolidação e instrumentalização por parte da PGFN.

2.2. ADITAMENTO TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA - Em conformidade com a Portaria PGFN nº 6.757/2022, o Grupo realizou, em setembro de 2025, o aditamento da transação tributária originalmente celebrada em setembro de 2023. O referido aditamento permitiu a inclusão de débitos cujo fato gerador é anterior à celebração da transação original. Como resultado, o montante consolidado de débitos, no valor de **R\$ 261.409.007,20**, foi objeto de reestruturação, com aplicação de descontos e utilização de créditos fiscais, incluindo prejuízos fiscais acumulados, no montante de **R\$ 218.504.150,74**, resultando em **R\$ 42.904.856,46**. A medida está alinhada à estratégia de otimização do passivo tributário do Grupo, contribuindo para a melhoria de sua estrutura de capital e para o fortalecimento de sua previsibilidade financeira no médio e longo prazo.

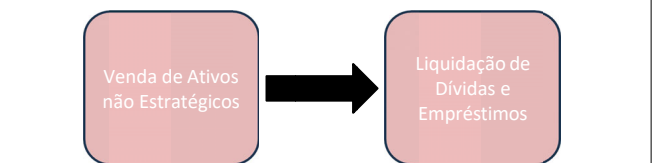
2.3. TRANSAÇÃO COM SEFAZ – ESTADOS - Ao longo do exercício de 2025, o Grupo adotou uma atuação estratégica, estruturada e diligente na gestão de seu passivo tributário, culminando na celebração de transação tributária com o Estado de Pernambuco. Tal iniciativa resultou em avanços substanciais na regularização de débitos fiscais relevantes, evidenciando o elevado grau de comprometimento com a conformidade tributária, a disciplina financeira e a eficiência na execução de suas diretrizes corporativas. Em continuidade a essa agenda e mantendo elevado nível de prioridade na pauta fiscal, **no início do exercício de 2026** o Grupo deu prosseguimento às iniciativas de regularização, com a evolução consistente das tratativas voltadas à celebração de transações tributárias junto aos Estados do **Rio Grande do Norte** e do **Espírito Santo**. Tais movimentos estão alinhados à estratégia de ampliação do escopo de regularização, com potencial de redução relevante de contingências fiscais e de fortalecimento da posição patrimonial.

2.3. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ESTADUAL – ITAIPICURU - No âmbito das iniciativas voltadas à otimização fiscal e reestruturação financeira, destaca-se que, a partir da transação tributária realizada pela Itapicuru junto ao Estado do Maranhão — conforme reportado no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de dezembro de 2024 —, foi viabilizada a adesão do grupo empresarial a relevante benefício fiscal estadual. Em continuidade a esse processo, foi protocolado em fevereiro de 2025 o requerimento de credenciamento necessário à formalização do benefício fiscal, consistente na concessão de crédito presumido de ICMS. Após a devida análise pelos órgãos competentes, o pleito foi deferido em maio de 2025, ocasião em que o Grupo passou a usufruir dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes do referido benefício, contribuindo positivamente para a melhoria de sua eficiência tributária e fluxo de caixa.

2.4. PARCELAMENTO ESTADUAL – CIBRASA - No contexto das ações de regularização, em agosto de 2025, a CIBRASA formalizou adesão a parcelamento ordinário de débitos tributários de ICMS junto ao Estado do Pará. Os referidos débitos foram negociados para liquidação em prazos que variam entre 48 e 60 parcelas, refletindo uma estratégia estruturada de equacionamento do passivo tributário estadual.

2.4. ADESAO AO PERC – PE - No contexto do aproveitamento dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 563/2025 (PERC-PE), foram realizadas, em novembro de 2025, negociações de débitos tributários no Estado de Pernambuco, incluindo a regularização de débitos pendentes e a migração de parcelamentos anteriores. A operação abrangeu o montante de R\$ 6.271.959,63, envolvendo diversas empresas do Grupo, e contribuiu para a ampliação da regularização fiscal, redução de contingências e melhoria da previsibilidade financeira.

3. PLANO DE DESMABILIZAÇÃO - Em 2025, foi dado continuidade ao planejamento de desmabilização de ativos não estratégicos do Grupo, com o propósito de apontar a reestruturação do grupo e realiação de novas unidades, além de utilizar recursos para novos negócios aderentes. Para 2026, a previsão é de que plano de desmabilização e venda de ativos não estratégicos se aperfeiçoar para liquidação de dívidas e cumprimento das negociações realizadas.



4. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO – CIMENTO - O Grupo no seu ramo de atividade principal, produção e comercialização de cimento, **cresceu 2,46% em 2025 na fabricação de sacos** em comparação com 2024. Com melhorias e otimizações no fluxo de suprimentos de insumos e demais itens para produção, bem como investimentos em restauração de equipamentos vitais para a manufatura, o grupo industrial conseguiu atingir acréscimo na produção total de cimento do grupo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)			
Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.579.401	9.997.534
Contas a receber de clientes	7	49.620.395	51.068.572
Estoque	8	45.852.299	47.160.282
Impostos a recuperar	9	2.762.697	4.695.076
Adiantamentos	10	24.681.762	22.360.575
Outras contas a receber	11	20.506.313	17.700.812
		149.002.867	152.982.851
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	7	1.311.753	1.311.469
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.662.578	1.503.483
Partes relacionadas	28	790.749.883	636.603.893
Outras contas a receber	11	11.644	-
Investimentos	13	15.030.062	23.629.523
Imobilização	14	35.347.266	34.988.514
		844.113.186	698.048.526
Total do Ativo		993.116.053	851.031.377
Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	15	68.170.556	49.069.512
Obrigações sociais e trabalhistas	16	12.831.115	12.282.022
Obrigações fiscais	17	1.055.288.294	920.423.079
Parcelamentos tributários	18	4.050.363	1.695.145
Adiantamentos de clientes	19	19.141.110	5.408.361
Outras contas a pagar		23.814	-
		1.159.505.252	988.878.119
Não circulante			
Parcelamentos tributários	18	148.789.288	121.578.192
Provisão para passivos financeiros	20	596.301.891	596.301.891
Passivos em recuperação judicial	21	411.404.407	347.484.480
Partes relacionadas	28	195.515.300	149.957.345
Provisão para contingências	22	30.065.730	15.350.558
		1.382.076.616	1.240.672.466
Passivo a descoberto	23		
Capital social		424.299.233	424.299.233
Reservas de lucros		48.817.216	48.817.216
Prejuízos acumulados		(2.021.582.264)	(1.851.635.657)
		(1.548.465.815)	(1.378.519.208)
Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		993.116.053	851.031.377

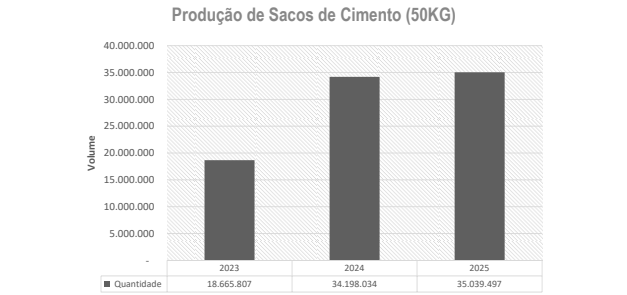
Demonstrações de Resultados			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	24	281.532.182	291.908.162
Custo dos produtos vendidos	25	(218.040.881)	(228.810.661)
Resultado bruto		63.491.301	63.097.501

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)						
	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Incentivos fiscais		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		424.299.233	2.200.472	10.696.158	35.920.586	(1.785.414.749)
Ajustes de exercícios anteriores	23(c)	-	-	-	-	(671.214.573)
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	18(iii)	-	-	-	-	168.876.420
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	436.117.245
Saldos em 31 de dezembro de 2024		424.299.233	2.200.472	10.696.158	35.920.586	(1.851.635.657)
Ajustes de exercícios anteriores	23(c)	-	-	-	-	(84.369.200)
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	18(iii)	-	-	-	-	64.357.284
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(149.934.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		424.299.233	2.200.472	10.696.158	35.920.586	(2.021.582.264)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM REAIS)

1. Informações gerais
(a) Atividades operacionais - A Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que faz parte do “Grupo João Santos – GJS”, é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo

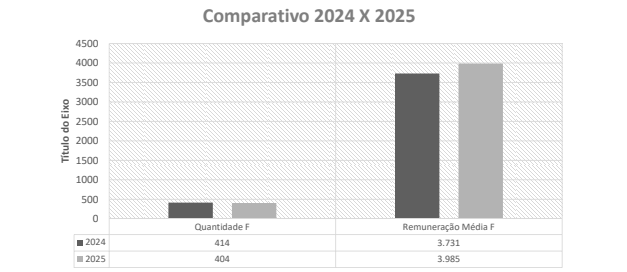


5. RECURSOS HUMANOS - Em 2025, o Grupo apresentou 2.858 empregos diretos, frente a 3.062 em 2024. Cabe ressaltar que a redução do quadro de colaboradores é uma **decisão estratégica e planejada para a reestruturação do Grupo**. Para além do impacto direto, o Grupo exerce influência significativa na geração de empregos indiretos, decorrentes de sua ampla cadeia produtiva, além de sua integração com a cadeia da construção civil. A mensuração desse impacto foi realizada com base na metodologia de multiplicadores setoriais, derivada da Matriz Insumo-Produto, amplamente utilizada em estudos econômicos para estimar efeitos de encadeamento entre setores. Tal abordagem considera as relações de interdependência entre atividades econômicas, permitindo estimar os efeitos indiretos gerados a partir da demanda por insumos e serviços aos ao longo da cadeia produtiva. Dessa forma, o impacto total associado às atividades do Grupo situa-se entre 9.000 e 12.000 postos de trabalho, considerando os efeitos diretos e indiretos, evidenciando sua relevância econômica e social, especialmente nas localidades em que mantém operações. Ademais, ao longo do exercício apresentado, foram apontados melhorias e novos benefícios para os colaboradores do conglomerado, como Auxílio Educação, PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) e Auxílio Transporte. A postura foi conduzida de acordo a diretriz atual de valorização ao corpo de colaboradores do Grupo. De acordo com o §6º ao art. 133 da Lei nº 6.404/76, o qual passou a exigir que o Relatório da Administração contenha informações acerca da política de equidade adotada pelo Grupo, incluindo, entre outros aspectos, dados relativos à participação de mulheres na força de trabalho e na administração, bem como informações sobre remuneração segregada por sexo vinculada também a Lei nº 15.177, de 2025.

- I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos;
- II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração;
- III – o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares;
- IV – a evolução comparativa dos indicadores previstos nos incisos I, II e III deste parágrafo entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior.

Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos				
Anos	2024		2025	
Níveis	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Operador/Administrativo	369	14,1%	361	15,0%
Corpo Técnico/Especialistas	21	5,9%	20	5,8%
Gestão Intermediária	18	20,2%	18	22,0%
Alta Gestão	6	22,2%	5	20,0%

Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo						
Anos	2024		2025		2024	2025
Níveis	F	M	F	M	% F/M	% F/M
Operador/Administrativo	2.917	2.260	3.184	2.518	129,1%	126,4%
Corpo Técnico/Especialistas	8.855	4.496	9.596	4.786	196,9%	200,5%
Gestão Intermediária	9.516	13.483	10.044	13.898	70,6%	72,3%
Alta Gestão	18.510	25.147	17.581	25.140	73,6%	69,9%



Para o exercício de 2026, o Grupo prevê o fortalecimento e a ampliação de programas alinhados à política de equidade, reforçando seu compromisso. Tais iniciativas estarão direcionadas à evolução contínua das práticas internas do Grupo relacionadas à governança e responsabilidade social.

6. RESULTADOS NO ANO - 6.1. MARCOS ESTRATÉGICOS NO ANO - No decorrer do ano de 2025, o Grupo realizou diversas atualizações de gestão (ERP), com o objetivo de estruturar fontes de dados mais confiáveis e garantir um detalhamento transparente das informações, essencial para a tomada de decisão em áreas do setor **comercial, pricing, suprimentos e custos**. Paralelamente, deu-se continuidade ao projeto de **melhoria contínua de processos**, envolvendo vários setores do grupo, focado na revisão de procedimentos, políticas internas e implantação de indicadores de gestão que promovem a padronização e eficiência operacional. Em relação à área fiscal, foi dado continuidade na **reestruturação da equipe**, visando maior assertividade nos números e otimização dos processos internos de apuração e investigação de incongruências identificadas. Como parte do alinhamento estratégico, a holding adotou um novo conjunto de **boas práticas de gestão** para análise e otimização dos resultados nas áreas administrativas e de produção, fortalecendo a cultura de excelência e eficiência. Em paralelo, foram avançadas etapas no projeto de **reestruturação do organograma**, com mapeamento e desenvolvimento de cargos operacionais, táticos e estratégicos, cujo propósito é aumentar a produtividade e reduzir gargalos na gestão interna. Em 2026, o Grupo prevê movimentações estratégicas que possa avançar a implementação necessária apontada pela nova administração. Por fim, complementando essas ações, destaca-se a adoção da área de dados (BI), que proporcionou uma visão integrada e clara das informações das operações dos setores de produção, financeiro, contábil e faturamento, fortalecendo a capacidade analítica e a tomada de decisões baseada em dados, bem como uma **visão data driven** à novas atuações do conglomerado e avaliações.

6.2. COMPARATIVO 2024 X 2025 - O ano de 2025 foi marcado por uma evolução consistente nos indicadores operacionais e comerciais do Grupo, refletindo na área financeira, a partir de medidas de reestruturação, controle de custos e profissionalização da gestão. O destaque inicial vai para o **crescimento de 2,9% no faturamento líquido** de impostos, que significativamente em sua estratégia de eficiência tributária ao longo do exercício de 2025, obtendo aprovação e operacionalização de benefícios fiscais relevantes para determinadas unidades e operações do Grupo. O efeito positivo dos benefícios fiscais contribuiu para maior competitividade comercial, melhora na precificação líquida das operações e incremento da geração operacional de caixa, além de fortalecer a estrutura financeira e cumprimento do plano estratégico de equalização de passivos tributários do Grupo com as autarquias e órgãos da administração pública. Adicionalmente, os incentivos aprovados aumentaram a previsibilidade financeira das operações beneficiadas, permitindo melhor alocação de capital, otimização do capital de giro e suporte à estratégia de crescimento sustentável do Grupo. A Administração destaca que os efeitos observados em 2025 decorreram tanto da captura integral de benefícios recentemente aprovados quanto da maturação de estruturas tributárias implementadas ao longo do exercício, sempre em conformidade com os requisitos regulatórios e legais aplicáveis. Esse aumento demonstra uma **maior capacidade de geração de novos negócio e abertura de mercados não explorados, mesmo em um cenário desafiador e necessário para investimento/capex**. No período em análise, o Grupo não apresentou resultado positivo de forma consolidada, afetado diretamente pelo endividamento tributário herdado de anos anteriores e que tem sido negociado, o que reflete o comprometimento com a conformidade fiscal e tributária da Administração. Tal cenário demanda esforços maiores à eficiência operacional, à gestão de custos e à revisão de estratégias, com vistas à recomposição dos níveis de rentabilidade, ações que têm sido implantadas desde 2022 e têm mostrado resultados mais evidentes em 2025.

7. INVESTIMENTOS - Foi investido no ano de 2025 o total de **R\$ 2.820 mil na atualização tecnológica** entre softwares e equipamentos de informática para promover a integração das áreas financeira, contábil e de produção das unidades operacionais. Para o ano de 2025 **estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 3.495 milhões** para dar continuidade no plano de modernização das áreas de gestão da produção e comercial. Em 2024, foram realizados estudos para a retomada de produção referente a duas unidades cimenteiras uma em 2025 e outra em 2026, levando em consideração o cronograma de desmobilização de ativos do grupo que não mais fazem parte do planejamento estratégico. Entretanto, ao longo do ano, antiga gestão realizou ações que atrasaram o cronograma de geração de caixa com objetivo da retomada, a nova previsão foi estabelecida para 2027.

8. COMPLIANCE E LGPD - O Grupo em 2025 deu continuidade a uma série de ações direcionadas a 4 eixos principais: conscientização, gestão de risco, gestão da estrutura legal/normativa e LGPD, iniciadas em 2024. Referente ao exercício, foram estruturados e estão em implantação iniciativas como: programas anticorrupção, código de conduta e programas de integridade.

9. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES - Nossos auditores independentes não podem prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria, segundo determinação da administração do Grupo João Santos. A BKR – Lopes, Machado Auditores e Consultores PE (“BKR”), é atualmente a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025.

Receitas (despesas) operacionais	25	(37.540.078)	(26.643.101)
Despesas comerciais, gerais e administrativas			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(22.114.870)	(25.213.775)
		(59.654.948)	(51.856.876)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		3.836.353	11.240.625
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	27	9.770.641	463.264.885
Despesas financeiras	27	(163.541.685)	(38.388.265)
	27	(153.771.044)	424.876.620
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(149.934.691)	436.117.245
Número de ações ao final do exercício	23(a)	574.939	574.939
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação		(260,78)	758,55

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)			
	2025	2024	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(149.934.691)	436.117.245	
Ajustes por:			
Provisão para perdas sobre investimentos	8.599.461	-	
Depreciação, amortização e exaustão do imobilizado	2.171.514	3.006.344	
Provisão para contingências	14.715.172	15.350.558	
Ajustes de exercícios anteriores	(84.369.200)	(671.214.573)	
Comp. de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	64.357.284	168.876.420	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - ajustado	(144.460.460)	(47.864.006)	
Variações das atividades operacionais			
Contas a receber de clientes	1.447.893	(707.221)	
Estoque	1.307.983	(6.404.657)	
Impostos a recuperar	1.932.379	(4.191.685)	
Adiantamentos	(2.321.187)	8.747.247	
Outras contas a receber	(2.805.501)	5.509.811	
Depósitos e bloqueios judiciais	(159.095)	(1.258.490)	
Fornecedores	19.101.044	(147.144.372)	
Obrigações sociais e trabalhistas	549.093	(69.916.392)	

Para atendimento às exigências relativas ao período de testes em 2026, incluindo o destaque informativo de IBIS e CBS nos documentos fiscais, conforme regulamentação vigente. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (Lei Complementar 224/2025)** - A Lei Complementar nº 224/2025 introduziu alterações nos critérios de concessão e manutenção de benefícios fiscais de natureza tributária concedidos pela União, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias. A Administração avaliou os efeitos dessa legislação e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, não há impactos que demandem ajustes nos ativos fiscais reconhecidos ou nas estimativas contábeis relacionadas a benefícios tributários. **Avaliação contábil** - A Companhia não possui ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida cujas premissas de realização estejam impactadas pela reforma tributária até a presente data. A Administração continuará monitorando a regulamentação complementar e eventuais impactos regulatórios ou econômicos decorrentes da implementação integral da reforma tributária. **3. Estimativas e julgamentos contábeis** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa** - A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda. **(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa** - Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia. Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos. **(c) Provisão para causas judiciais** - A Companhia discute questões civis, trabalhistas e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisdições em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais. **4. Gestão de risco financeiro - (a) Considerações gerais e políticas** - A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração. A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **(b) Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros, quando aplicável), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **i. Risco de mercado** - A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **ii. Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **iii. Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	68.170.556	-
Adiantamentos de clientes	19.141.110	-
Outras contas a pagar	23.814	-
Provisão para passivos financeiros	-	596.301.891
Passivos em recuperação judicial	-	411.404.407
Partes relacionadas	-	195.515.300
	87.335.480	1.203.221.598
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	49.069.512	-
Adiantamentos de clientes	5.408.361	-
Provisão para passivos financeiros	-	596.301.891
Passivos em recuperação judicial	-	357.484.480
Partes relacionadas	-	149.957.345
	54.477.873	1.103.743.716

(c) Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	5.579.401	9.997.534
Contas a receber de clientes	50.932.148	52.380.041
Adiantamentos	24.681.762	22.360.575
Outras contas a receber	20.517.957	17.112.456
Partes relacionadas	790.749.883	636.603.893
	892.461.151	739.054.499

	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipam.	Jazidas	Móveis e utensílios	Equipam. de informática	Veículos	Embarcações	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Obras em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	4%	10%	10%	10%	10%	20%	10%	4%	-	-
Em 31 de dezembro de 2025										
Saldo inicial	22.151.541	3.932.205	39.381	1.869.846	352.562	450.725	-	328.471	5.863.783	34.988.514
Adições	37.585	2.208.754	-	118.360	165.567	-	-	-	-	2.530.266
Depreciação, amortização e exaustão	(631.302)	(840.709)	(1.034)	(225.307)	(29.105)	(115.586)	-	(328.471)	-	(2.171.514)
Saldo contábil, líquido	21.557.824	5.300.250	38.347	1.762.899	489.024	335.139	-	5.863.783	35.347.266	-
Custo	52.228.234	34.802.637	67.321	3.713.847	1.733.033	1.859.062	2.153.481	17.088.110	119.509.508	-
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	(30.670.410)	(29.502.387)	(28.974)	(1.950.948)	(1.244.009)	(1.523.923)	(2.153.481)	(17.088.110)	(84.162.242)	-
Saldo contábil, líquido	21.557.824	5.300.250	38.347	1.762.899	489.024	335.139	-	5.863.783	35.347.266	-
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	23.420.201	3.006.582	40.418	1.954.383	178.081	208.760	-	1.023.388	5.863.783	35.695.596
Adições	-	1.652.129	-	313.172	195.961	320.000	-	-	-	2.299.262
Depreciação, amortização e exaustão	(1.268.660)	(726.506)	(1.037)	(215.709)	(21.480)	(78.035)	-	(694.917)	-	(3.006.344)
Saldo contábil, líquido	22.151.541	3.932.205	39.381	1.869.846	352.562	450.725	-	328.471	5.863.783	34.988.514
Custo	52.190.649	32.593.883	67.321	3.595.487	1.567.466	1.859.062	2.153.481	17.088.110	119.509.508	-
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	(30.039.108)	(28.661.678)	(27.940)	(1.725.641)	(1.214.904)	(1.408.337)	(2.153.481)	(16.759.639)	-	(81.990.728)
Saldo contábil, líquido	22.151.541	3.932.205	39.381	1.869.846	352.562	450.725	-	328.471	5.863.783	34.988.514

	2025	2024
15. Fornecedores		
Fornecedores nacionais	10.517.270	7.932.161
Fornecedores - partes relacionadas	57.653.286	41.137.351
	68.170.556	49.069.512

Durante o exercício de 2025, a Companhia não realizou operações de "Risco Sacado", que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

	2025	2024
16. Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a pagar	1.424.356	1.383.567
Provisão de férias e encargos sociais	3.244.697	3.180.381
INSS a recolher	923.878	915.710
FGTS a recolher	7.191.166	6.778.050
Outras obrigações sociais e trabalhistas	47.018	24.314
	12.831.115	12.282.022

	2025	2024
17. Obrigações fiscais		
ICMS a recolher (i)	357.789.890	323.462.124
IRRF a recolher	377.619	7.684.936
IRPJ a recolher	409.098	20.232
CSLL a recolher	148.632	-
Divida ativa - Débitos previdenciários (ii)	-	14.865.711
Divida ativa - Débitos não previdenciários (ii)	695.486.907	574.032.463
Outras obrigações fiscais	1.076.148	357.613
	1.055.288.294	920.423.079

(i) Refere-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 1997 e 2024, os quais estão em negociação junto a secretarias estaduais de fazenda. (ii) Refere-se débitos de tributos federais que foram inscritos em dívida ativa. O saldo referente a débitos previdenciários foi incluído, em 2025, na Transação PGFN firmada em agosto de 2023, conforme citado na Nota Explicativa nº 18.

	2025	2024
18. Parcelamentos tributários		
Parcelamentos estaduais (i)	8.539.286	2.331.114
Parcelamento FGTS - PGFN (ii)	795.891	164.732
Transação PGFN (iii)	143.504.474	120.777.491
	152.839.651	123.273.337
Circulante	4.050.363	1.695.145
Não circulante	148.789.288	121.578.192

(i) Em agosto de 2021 e dezembro de 2023, foram negociados, junto ao Governo do Estado do Amapá, débitos de ICMS gerados entre 2012 e 2022, cujas liquidações se darão entre 24 e 60 meses. (ii) Em fevereiro de 2024, foram negociados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, débitos de FGTS gerados entre 2011 e 2018, cuja liquidação se dará em até 105 meses. (iii) O Grupo João Santos, do qual a **Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA - Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$ 10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o Grupo João Santos chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA - Em Recuperação Judicial**, os montantes envolvidos montaram a R\$ 461.317.196 e R\$ 168.876.420, respectivamente, registrados no exercício de 2024. A efetivação do pagamento inicial de R\$ 230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ 150.000.000 e R\$ 80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024.

Em conformidade com a Portaria PGFN nº 6.757/2022, diversas empresas do Grupo João Santos realizaram, em setembro de 2025, o aditamento da transação tributária originalmente celebrada em setembro de 2023. O referido aditamento permitiu a inclusão de débitos cujo fato gerador é anterior à celebração da transação original. Como resultado, o montante consolidado de débitos, no valor de R\$ 261.409.007, foi objeto de reestruturação, com aplicação de descontos, no montante de R\$ 197.051.723 e utilização de prejuízos fiscais acumulados da Companhia, no montante de R\$ 64.357.284, resultando em R\$ 42.904.856. Os descontos obtidos pela **Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA - Em Recuperação Judicial** montam a R\$ 8.703.019, registrados no exercício de 2025.

O prazo final para quitação do parcelamento é 31 de dezembro de 2033.

19. Adiantamentos de clientes - Referem-se a adiantamentos efetuados por clientes para entrega futura de produtos.

20. Provisão para passivos financeiros - Representam saldos passivos constantes nos registros contábeis da Companhia, atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, conforme art. 49 da Lei nº 11.101/2005, cuja documentação suporte foi recolhida pelas autoridades judiciais. Entretanto, a Administração, de forma conservadora, optou por manter a provisão dos saldos anteriormente constituídos sujeitos a futuros ajustes, caso sejam necessários.

	2025	2024
21. Passivos em recuperação judicial		
Fornecedores	248.316.352	194.148.860
Instituições financeiras	142.540.715	142.540.715
Credores trabalhistas	20.547.340	20.794.905
	411.404.407	357.484.480

Referem-se aos valores apresentados na lista de credores atualizada relativos a Recuperação Judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).

	2025	2024
Passivos financeiros		
Fornecedores	68.170.556	49.069.512
Adiantamentos de clientes	19.141.110	5.408.361
Outras contas a pagar	23.814	-
Provisão para passivos financeiros	596.301.891	596.301.891
Passivos em recuperação judicial	411.404.407	357.484.480
Partes relacionadas	195.515.300	149.957.345
	1.290.557.078	1.158.221.589

	2025	2024
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	4.379.401	8.797.534
Aplicações financeiras	1.200.000	1.200.000
	5.579.401	9.997.534

As aplicações financeiras correspondem a investimentos em Títulos de Capitalização e são indexados por taxa Referencial mais juros, mantidos em instituições financeiras com bom rating de avaliação e boa reputação no mercado. A Administração considera esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor.

	2025	2024
7. Contas a receber de clientes		
Duplicatas a receber - Terceiros	71.207.664	70.868.271
Duplicatas a receber - Partes relacionadas	14.777.346	15.360.762
	85.985.010	86.229.033
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(35.052.862)	(33.848.992)
	50.932.148	52.380.041
Circulante	49.620.395	51.068.572
Não circulante	1.311.753	1.311.469

O saldo a receber por data de vencimento ("aging list") está demonstrado da seguinte forma:

	2025	2024
8. Estoques		
Matérias primas	15.200.157	20.526.644
Produtos em processo	1.308.534	2.815.239
Produtos acabados	2.193.211	1.042.648
Almoxarifado de peças para manutenção e reposição	27.727.580	23.349.895
	46.429.482	47.734.426
Provisão para perdas sobre estoques	(577.183)	(574.144)
	45.852.299	47.160.282

	2025	2024
9. Impostos a recuperar		
IPI a recuperar	811.639	1.093.061
PIS a recuperar	171.191	550.566
COFINS a recuperar	762.667	2.742.735
ICMS a recuperar	1.017.200	308.714
	2.762.697	4.695.076

	2025	2024
10. Adiantamentos		
Adiantamentos a fornecedores - terceiros	23.345.056	21.503.757
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas	637.196	702.820
Adiantamentos a funcionários	699.510	154.004
	24.681.762	22.360.575

	2025	2024
11. Outras contas a receber		
Valores a receber de partes relacionadas	20.506.293	17.700.792
Outros valores a receber	11.664	11.664
	20.517.957	17.712.456
Circulante	20.506.313	17.700.812
Não circulante	11.644	11.644

	2025	2024
12. Depósitos e bloqueios judiciais		
Depósitos judiciais	1.344.674	1.277.294
Bloqueios judiciais	318.004	226.189
	1.662.578	1.503.483

	% de participação	2025	2024
13. Investimentos			
Participação no capital de outras empresas			
Agrimex - Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A (*)	20,23%	55.413.111	55.413.111
Celulose e Papel de Pernambuco S/A - CEPASA (*)	8,88%	8.599.461	8.599.461
Companhia Agro Industrial de Goiana (*)	5,86%	9.514.694	9.514.694
Indústria de Sacos de Papel S/A (*)	0,09%	1.538.569	1.538.569
Itaguara S/A (*)	0,76%	439.058	439.058
Itaguassu Agro Industrial S/A (*)	3,58%	4.291.477	4.291.477
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A (*)	57,79%	215.099.700	215.099.700
Itapetuba S/A Açúcar e Alcool (*)	10,79%	17.845.480	17.845.480
Itapetuba S/A Celulose e Papéis e Artefatos (*)	3,99%	66.896.445	66.896.445
Itapessoca Agro Industrial S/A (*)	1,38%	4.388.316	4.388.316
Itapissuma S/A (*)	19,77%	34.448.104	34.448.104
Itapitanga Indústria de Cimentos de Mato Grosso S/A (*)	74,13%	1.368.129	1.368.129
Itapui Barbalhense Indústria de Cimentos S/A (*)	22,19%	27.776.720	27.776.720
Itaitinga Agro Industrial S/A (*)	40,68%	48.227.588	48.227.588
Nassau Gráfica do Nordeste S/A (*)	27,61%	477.427	477.427
Versal Gráfica e Editora S/A	0,16%	37.000	37.000
		496.361.279	496.361.279
Outros investimentos	-	13.454.493	13.454.493
		509.815.772	509.815.772
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		(494.785.710)	(486.186.249)
		15.030.062	23.629.523

As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025. Em 2024, a Celulose e Papel de Pernambuco S/A - CEPASA apresentou patrimônio líquido.

869.846	352.562	450.725	-	328.471	5.863.783
118.360	165.567	-	-	-	-
(25.307)	(29.105)	(115.586)	-	(328.471)	-
762.899	489.024	335.139	-	-	5.863.783
713.847	1.733.033	1.859.062	2.153.481	17.088.110	5.863.783
(90.948)	(1.244.009)	(1.523.923)	(2.153.481)	(17.088.110)	-
762.899	489.024	335.139	-	-	5.863.783
	Equipam. de infor-			Benefeitorias em proprie-	
	mativas			dades de terceiros	Obras em andame-
Móveis e utensílios		Veiculos	Embarcações		ntos
10%	10%	20%	10%	4%	
954.383	178.081	208.760	-	1.023.388	5.863.783
131.172	195.961	320.000	-	-	-
-	-	-	-	-	-
(215.709)	(21.480)	(78.035)	-	(694.917)	-
869.846	352.562	450.725	-	328.471	5.863.783
595.487	1.567.466	1.859.062	2.153.481	17.088.110	5.863.783

Este documento esta firmado por

	Firmante	CN=DIARIOS DO PARA LTDA:04218335000131, OU=AC SyngularID Multipla, OU=41367161000103, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR
	Fecha/Hora	Wed Jul 22 17:41:51 BRT 2026
	Emisor del Certificado	CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID, C=BR
	Numero de Serie	895062532464328387366409
	Metodo	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)
Nota	Certificado por DIARIO DO PARA e publicado em sua plataforma digital. Autenticidade pode ser verificada no QrCode ao lado ou no link: https://ee.dol.com.br/publicidadelegal	